

HABEAS CORPUS Nº 534.478 - RS (2019/0281273-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : CÍNTIA LUZZATTO - RS054216
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : VALTER RENAN COSTA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de VALTER RENAN COSTA DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, proferido no julgamento do Agravo em Execução n. 70082180795 (CNJ n. 0189988-69.2019.8.21.7000).

Consta dos autos que o Juiz das execuções deferiu o pedido de progressão para o regime semiaberto e saídas temporárias formulado em favor do apenado, bem como, diante da ausência de vagas em estabelecimento adequado para o cumprimento de pena em seu atual regime, deferiu a inclusão do apenado no Programa de Monitoramento Eletrônico, conforme decisão de fls. 79/82.

Irresignada, a acusação interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, o qual, por maioria, deu provimento ao recurso em acórdão assim ementado (fl. 119):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO. CORRUPÇÃO DE MENORES. INCLUSÃO DE APENADO NO PROGRAMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. IMPOSSIBILIDADE. DETERMINADO O IMEDIATO RECOLHIMENTO DO AGRAVADO AO REGIME SEMI ABERTO.

A aplicação indiscriminada da prisão domiciliar, sem a observância de critérios específicos e da análise da situação concreta de cada apenado, encontra-se vedada pelo próprio Supremo Tribunal Federal no bojo RE 641.320/RS do qual resultou na edição da Súmula Vinculante nº 56, interpretação esta reafirmada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.710.674/mg. Caso dos autos em se mostra inadequada a imediata colocação do apenado em prisão domiciliar, no mesmo ato em que concedida a progressão de regime, em afronta ao princípio da individualização das penas. AGRAVO PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos infringentes opostos foram desacolhidos (fls. 163/176).

No presente *mandamus*, sustenta a Defensoria Pública que, diante da falta de unidades prisionais para atender a demanda de presos no regime intermediário, faz-se necessária a concessão da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, aduzindo que o acórdão impugnado violou o disposto na Súmula Vinculante n. 56 do STF.

Pretende, em sede liminar e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferido o benefício da prisão domiciliar com monitoração eletrônica ao paciente.

Liminar indeferida conforme decisão de fls. 181/183.

Parecer ministerial às fls. 252/255.

É o relatório. Decido.

A presente impetração está prejudicada.

É que conforme parecer ministerial da lavra do douto Subprocurador-Geral da República MARCELO MUSCOGLIATI, o qual adoto como razões de decidir, no curso da presente impetração, enquanto gozava do benefício do monitoramento eletrônico, o ora paciente empreendeu fuga (cometimento de falta grave que implicará na regressão de regime), tendo sido posteriormente capturado e encaminhado ao Instituto Penal de Gravataí Santos e Medeiros.

Nesse contexto, as situações determinantes da presente impetração não mais subsistem, estando esvaído o objeto da presente demanda.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*, ante a superveniente perda do seu objeto.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator